CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 255-2044 - CEP: 01045-903 FAX: N° 231-1518

PROCESSO CEE Nº: 609/96 Proc. Ap. DE Guaratinguetá nº 201/94

INTERESSADA: Delegacia de Ensino de Guaratinguetá

ASSUNTO: Correição no Centro de Estudos Alaise Marcondes Velloso/Escola de Educação Infantil e de 1° e 2°

Graus

RELATORA: Cons^a Marilena Rissutto Malvezzi PARECER CEE Nº 529/96 - CEPG - APROVADO EM 18-12-96

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

Em 11-01-94, protocolado em 07-02-94, a Supervisora do Centro de Estudos Alaise Marcondes Velloso, Escola de Educação Infantil e de 1° e 2° Graus apresentou à Delegada de Ensino de Guaratinguetá Relatório circunstanciado contra a Escola, dadas as irregularidades administrativas e pedagógicas constatadas naquela unidade de ensino.

Em 17-01-94, o Delegado de Ensino de Guaratinguetá encaminhou o expediente ao GVCA (Grupo de Verificação e Controle de Atividades) que, após análise, propôs a instauração de Sindicância.

Em 04-04-94, nos termos do artigo 19 da Deliberação CEE nº 26/86, alterada pela Deliberação CEE nº 11/87, a Sra. Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Educação expediu Portaria designando dois Supervisores da DE de Guaratinguetá e o Assistente Técnico Jurídico da DRE/SJC para comporem a Comissão de Sindicância junto ao Centro de Estudos Alaise Marcondes Velloso - Escola de Educação Infantil e de 1º e 2º Graus, situado na Rua Rangel Pestana nº 101, em Guaratinguetá.

A Comissão de Sindicância, instalada a partir de 26-05-94, após a apuração dos fatos, elaborou, em 12-02-96, Relatório prévio, para que os mantenedores da escola apresentassem sua defesa.

Em 28-02-96, a mantenedora apresentou sua defesa, em que alega, em síntese, que a Escola tem como princípio cumprir seus deveres e que as irregularidades apontadas ocorreram não por má fé, fraude ou dolo, mas "por imperfeições próprias do ser humano", tendo sido, em grande parte, já sanadas, antes mesmo da instauração do processo de sindicância.

Analisadas as alegações da interessada, a Comissão concluiu por propor a aplicação da <u>correição</u> à escola, considerando que ainda restam as seguintes irregularidades no seu funcionamento:

- não cumprimento do previsto na Deliberação CEE nº 7/74 e Parecer CEE nº 414/88, quanto ao regime de dependência;
- não cumprimento do previsto na Deliberação CEE nº 03/91, quanto ao encaminhamento dos recursos;
- não cumprimento do artigo I22 do Regimento Escolar da escola quanto à escrituração e grade curricular.

Em 05-08-96, o GVCA manifestou-se favoravelmente à instalação da Correição junto ao Centro de Estudos Alaise Marcondes Velloso, da DE de Guaratinguetá.

2. CONCLUSÃO

Nos termos do artigo 20 da Deliberação CEE nº 26/86, com as alterações introduzidas pela Deliberação CEE nº 11/87, fica autorizada a Secretaria de Estado da Educação a instaurar o dispositivo de correição no Centro de Estudos Alaise Marcondes Velloso - Escola de Educação Infantil e de 1° e 2° Graus da DE de Guaratinguetá.

São Paulo, 20 de novembro de 1996

a) Cons^a Marilena Rissutto Malvezzi

Relatora

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto da Relatora.

Presentes os Conselheiros: Eduardo Paulo Berardi Júnior, Eliana Asche, Francisco José Carbonari, Leni Mariano Walendy, Nacim Walter Chieco e Raquel Volpato Serbino.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 27 de novembro de 1996.

a) Cons. Nacim Walter Chieco Presidente da CEPG

PROCESSO CEE Nº 609/96 PARECER CEE Nº 529/96

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto da Relatora.

Sala "Carlos Pasquale", em 18 de dezembro de 1996.

FRANCISCO APARECIDO CORDÃO

Presidente